



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	19515.000431/2004-36
<b>Recurso nº</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>2102-002.377 – 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	20 de dezembro de 2012
<b>Matéria</b>	IRPF - Depósitos bancários
<b>Embargante</b>	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO
<b>Interessado</b>	SIDINÉIA FAQUETI

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 1999

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Constatada, mediante embargos de declaração, a ocorrência de obscuridade, omissão ou contradição deve-se proferir novo Acórdão, para rerratificar o Acórdão embargado.

Embargos acolhidos

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para rerratificar o Acórdão nº 2102-01.182, de 17/03/2011, e DAR provimento ao recurso voluntário.

*Assinado digitalmente*

Giovanni Christian Nunes Campos – Presidente

*Assinado digitalmente*

Núbia Matos Moura – Relatora

EDITADO EM: 26/11/2012

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Eivanice Canário da Silva, Giovanni Christian Nunes Campos, Núbia Matos Moura, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Rubens Maurício Carvalho.

## Relatório

Em sessão plenária realizada em 17 de março de 2011 esta Turma julgou o recurso apresentado pela contribuinte SIDINÉIA FAQUETI, Acórdão nº 2102-01.182, fls. 313/334, sendo proferida a seguinte decisão:

*ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em REJEITAR a preliminar de nulidade e, no mérito, em DAR PARCIAL provimento ao recurso, para excluir da base de cálculo da infração o montante dos depósitos bancários das contas correntes mantidas no Banco Bradesco, agências 0061-2 e 0292-5, de números 17.373-8 e 77.600-9, respectivamente, nos termos do voto da relatora.*

Notificada da decisão acima mencionada, a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo apresentou Embargos de Declaração, fls. 339, onde aponta a existência de contradição no acórdão embargado, dado que no dispositivo consta que seria para excluir da base de cálculo da infração os depósitos das contas do Banco Bradesco nºs 17.373-8 e 77.600-9, enquanto no voto é mencionado que o lançamento deveria ser cancelado em relação aos depósitos bancários das contas mantidas no Bradesco (nºs. 17.373-8 e 77.600-9) e no Banco do Brasil (nºs. 61.750-4 e 164.376-2).

É o Relatório.

**Voto**

Conselheira Núbia Matos Moura, relatora

Os Embargos de Declaração apresentados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo preenchem os requisitos legais para sua admissibilidade e devem ser conhecidos.

Da leitura do Termo de Verificação Fiscal, fls. 228/232, e do voto condutor do acórdão embargado resta cristalino que a apuração da infração de omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários com origem não comprovada se deu em relação aos depósitos efetivados nas seguintes contas bancárias:

Banco do Brasil	agência 0300-X	c/c nº 164.376-2
Banco do Brasil	agência 0383-2	c/c nº 61.750-4
Bradesco	agência 0061-2	c/c nº 17.373-8
Bradesco	agência 0292-5	c/c nº 70.561-6
Bradesco	agência 0292-5	c/c nº 77.600-9
Bradesco	agência 0292-5	c/c nº 7.818.731-P

Evidencia-se, ainda, também de forma cristalina, que são conjuntas as seguintes contas:

Banco do Brasil	agência 0300-X	c/c nº 164.376-2
Banco do Brasil	agência 0383-2	c/c nº 61.750-4
Bradesco	agência 0061-2	c/c nº 17.373-8
Bradesco	agência 0292-5	c/c nº 77.600-9

Considerando que não existe nos autos intimação para os co-titulares das contas mantidas em conjunto e também o disposto na Súmula CARF nº 29, que pacificou o entendimento de que não pode prosperar o lançamento que imputa ao sujeito passivo a infração de omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários com origem não comprovada, quando não houver a intimação de todos os titulares das contas mantidas em conjunto, o voto condutor da decisão embargada encaminhou-se no sentido de cancelar o lançamento em relação aos depósitos efetivados nas contas conjuntas.

Ocorre que analisando a planilha, fls. 47/50, parte integrante do Termo de Re-Intimação Fiscal, fls. 46, infere-se que todos os depósitos efetivados nas contas individuais (Bradesco nºs 70.561-6 e 7.818.731-P) são inferiores a R\$ 12.000,00. Observa-se, ainda, do Termo de Verificação Fiscal, fls. 228/232, que todos os depósitos com valor inferior a R\$ 12.000,00, foram excluídos do lançamento pela autoridade fiscal, posto que o somatório destes depósitos – com valor individual menor que R\$ 12.000,00 – atingiu apenas o montante de R\$ 53.362,28.

Assim, chega-se a conclusão que, excluídos os depósitos havidos nas contas conjuntas, não remanescem depósitos bancários nas contas individuais, de modo que se deve cancelar em sua totalidade a infração de omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários com origem não comprovada.

Ante o exposto, voto por acolher os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para ratificar o Acórdão nº 2102-01.182, de 17/03/2011 e DAR provimento ao recurso voluntário.

*Assinado digitalmente*

Núbia Matos Moura - Relatora